

DECRETO Nº. 9.297, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2022.

**REGULAMENTA A FEIRA ITINERANTE DA
AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE
CAMPOS NOVOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

CELINA MARIA MANFROI CASSIANO BARROS, Prefeita do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, em exercício, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e ainda:

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar a utilização dos trailers adquiridos pela Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente destinados à feira da agricultura familiar;

DECRETA:

Art. 1º. Fica criada a Feira Livre Itinerante da Agricultura Familiar que têm por finalidade a exposição e venda de mercadoria exclusivamente no varejo, sejam elas alimentícias ou não, em local público e de forma transitória, mediante autorização do Poder Público Municipal, produzidos pelos produtores rurais familiares do Município de Campos Novos.

Art. 2º. A Feira Livre Itinerante da Agricultura Familiar tem por objetivo atingir as seguintes metas:

I - fortalecer o produtor rural do Município, especialmente da agricultura familiar, através da comercialização dos produtos por ele industrializados, ou àqueles sem fabricação similar no Município;

Celine

II - oportunizar rotatividade da feira em vários pontos da cidade;

III - oferecer ao consumidor produtos a preços mais acessíveis e de boa qualidade.

Art. 3º. As atividades de comércio na Feira Livre Itinerante da Agricultura Familiar prioritariamente serão exercidas por Produtores Rurais, Grupo Informal e Entidade Associativa, categorizados e devidamente cadastrados junto ao Município, através da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, e enquadrados na Lei Federal nº. 11.326/2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais.

Art. 4º. Para efeito deste Decreto entende-se:

I - **Produtor Rural:** pessoa física, caracterizada como agricultor familiar pelo art. 3º da Lei Federal nº. 11.326/2006, com produção agropecuária própria, devidamente cadastrada como Feirante na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, com propriedade localizada dentro do território de Campos Novos.

II - **Grupo Informal:** produtores familiares organizados informalmente para desenvolver atividades com objetivos comuns para a comercialização de produtos da agricultura familiar, produzidos por seus associados.

III - **Entidade Associativa:** instituição representativa da agricultura familiar com personalidade jurídica, formada com o objetivo de comercializar formalmente a produção de seus associados.

Art. 5º. Na Feira Livre Itinerante da Agricultura Familiar poderão ser comercializados os seguintes produtos:

belino

I - carnes frescas, congeladas, defumadas e seus derivados;

II - bebidas naturais;

III - doces e salgados;

IV - frios e derivados;

V - peixes vivos;

VI - cereais;

VII - frutas, verduras, legumes e tubérculos;

VIII - artesanato;

IX - geleias;

X - conservas de produtos de origem vegetal e animal;

XI - flores naturais e plantas;

XII - farináceos;

XIII - sabão caseiro;

XIV - ervas medicinais;

belino

XV - comidas variadas (quentes, resfriadas, congeladas e *in natura*).

§1º. Os produtos de origem animal e vegetal só poderão ser comercializados na Feira Livre Itinerante da Agricultura Familiar se estiverem licenciados pela autoridade sanitária competente, devendo estar embalados e rotulados de acordo com as normas vigentes.

§2º. Permite-se aos agricultores familiares ainda, comercializarem àqueles produtos sem fabricação similar no Município, desde que obedeçam às normas de fiscalização, conforme determina o art. 7º, inciso XII do presente Decreto.

§3º. Além dos produtos relacionados no presente artigo, poderão ser comercializados na Feira Livre Itinerante da Agricultura Familiar outros produtos, desde que previamente liberados pelo Executivo Municipal, através da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, de acordo com as normas estabelecidas pela legislação vigente e respeitados os objetivos do presente Decreto.

Art. 6º. Compete ao Executivo Municipal:

I – expedir o Alvará de Licença para funcionamento da Feira Livre Itinerante da Agricultura Familiar, a cada expositor ou produtor, sendo pessoal e intransferível, conforme determina o §3º do art. 142 da Lei Complementar nº. 05/2007 que dispõe sobre a utilização do espaço do Município de Campos Novos e o bem estar público, observadas as normas federais e estaduais relativas à matéria;

II – manter cadastro aos interessados junto à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

beline

III - fiscalizar, manter a ordem e a disciplina, assim como a segurança no expediente da Feira Livre Itinerante da Agricultura Familiar;

IV - proceder à limpeza da área recém-desocupada pela feira, o que deverá ser feito no prazo mais curto possível;

V - conceder, revogar e cassar as autorizações e credenciamentos e representar os demais órgãos, quando necessário, relativo às infrações das disposições do presente Decreto;

VI – realizar a seleção dos cadastrados, respeitando os critérios previstos no art. 12 do presente Decreto;

VII – conceder autorizações e credenciamentos aos produtores selecionados com prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses;

VIII - expedir normas regulamentares.

Parágrafo único. Determinar os locais e horários para a realização da Feira Livre, observado o disposto nos artigos 155 e 158 da Lei Complementar nº. 05/2007.

Art. 7º. Compete ao feirante:

I – atualizar anualmente o cadastro de participação da feira livre itinerante da agricultura familiar junto à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

II - acatar instruções dos servidores municipais encarregados da fiscalização e do funcionamento da Feira Livre Itinerante da Agricultura Familiar;

Belina

III - observar, no tratamento com o público, boas maneiras e respeito;

IV - apregoar as mercadorias sem algazarra;

V - manter limpos e alinhados o vestuário e os utensílios para suas atividades, e também o espaço que ocupar nas feiras livres, devendo acondicionar o lixo em embalagens adequadas e depositar em locais destinados para tal;

VI - colocar balanças e medidas em local que permita ao comprador verificar com facilidade e exatidão o peso das mercadorias, bem como tabela de preços;

VII - aferir os pesos, balanças e medidas de acordo com as normas pertinentes, indispensáveis ao comércio de seus produtos;

VIII - apresentar a respectiva licença e documentos quando solicitados pela fiscalização;

IX - observar as normas da Feira Livre Itinerante da Agricultura Familiar estabelecidas no presente Decreto;

X - observar o Código de Defesa do Consumidor e a legislação sanitária, conforme disposto no art. 159 da Lei Complementar nº. 05/2007;

XI - trazer os produtos devidamente limpos e embalados;

XII - comprovar a origem dos produtos alimentícios comercializados, por meio de documentação, tais como: alvará da vigilância, Corpo de Bombeiros, SIM – Serviço de Inspeção Municipal, SIE – Serviço de Inspeção Estadual e SIF – Serviço de Inspeção Federal;

beline

XIII – participar de reuniões e treinamentos sempre que convocado pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

XIV - proceder à limpeza do trailer, deixando-o em perfeito estado de higiene após o encerramento da feira;

XV - responsabilizar-se por buscar e recolher o trailer no local de armazenamento no início e final de cada feira;

XVI- responsabilizar-se pela preservação e manutenção do trailer;

XVII - recolher previamente aos cofres públicos o valor de 01 (uma) UFM (Unidade Fiscal do Município) a cada feira realizada, para cobrir os custos de manutenção e reequipamento da Feira Livre Itinerante da Agricultura Familiar;

XVIII– participar de no mínimo 70% (setenta por cento) das feiras livres itinerantes da agricultura familiar e demais eventos a convite da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 8º. É vedado ao feirante:

I - colocar mercadorias, embalagens, caixas e outros objetos fora do limite da feira;

II - vender gêneros falsificados, impróprios ao consumo, deteriorados ou condenados pela fiscalização sanitária ou ainda sem pesos ou medidas;

III - deslocar os trailers dos pontos determinados pela administração da Feira Livre Itinerante da Agricultura Familiar;

beline

IV – sonegar ou recusar a vender mercadorias;

V - usar jornais, papéis usados ou quaisquer impressos para embrulhar os gêneros alimentícios que, por contato direto, possam ser contaminados;

VI - sublocar os trailers;

VII - descaracterizar a identidade visual dos trailers.

Art. 9º. Os interessados em participar da Feira Livre Itinerante da Agricultura Familiar deverão providenciar o cadastro junto à Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, portando os seguintes documentos:

I – Ficha cadastral conforme Anexo I;

II - cópia do RG e CPF;

III- comprovante de residência;

IV - DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF ou CAF PRONAF - Cadastro Nacional da Agricultura Familiar, enquadrável no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar;

V – Documentos comprobatórios de tempo de participação nas feiras da agricultura familiar do Município;

VI - Documentos comprobatórios de tempo de participação no PAA – Programa de Aquisição de Alimentos ou PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar.

bolina

Art. 10. Os critérios para pontuação, seleção e classificação, serão os seguintes:

I - tempo comprovado de atividade na feira de agricultura familiar na Casa do Produtor Rural e feira livre itinerante da agricultura familiar do município. Sendo atribuído 01 (um) ponto por ano de participação devidamente comprovado;

II – menor valor de DAP ou CAF PRONAF. Sendo atribuído: 0,5 (meio) ponto para a família com renda na DAP ou CAF, inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor máximo para enquadramento; 01 (um) ponto para a família com renda na DAP ou CAF, inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do valor máximo para enquadramento; 02 (dois) pontos para a família com renda na DAP ou CAF inferior a 12,5% (doze vírgula cinco por cento) do valor máximo para enquadramento;

III – diversidade de produtos produzidos pelo cadastrado. Sendo atribuído 0,2 (zero vírgula dois) pontos por produto que não seja cadastrado por outro agricultor participante, e 0,1 (zero vírgula um) ponto por produto que tenha mais de um produtor cadastrado que faça a comercialização;

IV – Número de pessoas beneficiadas. Sendo atribuído 01 (um) ponto por membro da família que compõe a unidade familiar;

V – Assiduidade do feirante nas feiras livres itinerantes da agricultura familiar e eventos demandados pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, mediante comprovação. Sendo atribuído: 02 (dois) pontos para produtores já participantes com mais de 90% (noventa por cento) de assiduidade, e 01 (um) ponto para o produtor com assiduidade entre 75% (setenta e cinco por cento) e 90% (noventa por cento);

belina

VI – Tempo de participação no PAA ou PNAE no município. Sendo atribuído 01 (um) ponto por ano de participação devidamente comprovado.

§1º. A exclusão do cadastro se dará se este estiver em desacordo com as exigências deste Decreto, ou por determinação do Executivo Municipal.

§2º. Fica vedada no período de 24 (vinte e quatro) meses a inscrição de feirante que teve a autorização revogada, cassada, ou ainda que acumulou mais que três advertências.

Art. 11. Compete a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente compor Comissão de servidores para analisar o preenchimento dos requisitos previstos no presente Decreto pelos cadastrados.

Art. 12. O Poder Executivo Municipal, através da SAMA – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente deverá no mês de fevereiro ou março dos anos ímpares reavaliar o cadastro dos interessados, realizar a reclassificação e conceder a autorização para participação nas Feiras Itinerantes aos classificados.

Parágrafo único. Havendo desistência de algum feirante, poderá a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente conceder mediante prévia seleção concessão a novo interessado pelo prazo residual.

Art. 13. A contrapartida prevista no art. 7º, inciso XVII, recolhida pelos feirantes será revertida para cobrir os custos de manutenção e reequipamento da Feira Livre Itinerante da Agricultura Familiar.

§ 1º. O feirante poderá solicitar guia com o valor referente ao período de até 01 (um) mês, conforme calendário apresentado pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

beline

§ 2º. No caso de o feirante quitar mais que uma taxa e não puder comparecer à feira, o valor não será ressarcido nem compensando em outro período.

§3º. O desrespeito ao aqui previsto ensejará ao feirante penalidades administrativas, e ainda multa de 05 (cinco) UFMs – Unidades Fiscais Municipais.

Art. 14. Compete à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Campos Novos, a direção dos serviços e fiscalização, solicitando, no que couber, apoio dos órgãos públicos do município, para aplicação do estabelecido neste Decreto e demais legislações vigentes.

Art. 15. A Feira Livre Itinerante da Agricultura Familiar será realizada em diversos pontos da cidade, de forma rotativa, de acordo com cronograma a ser estabelecido pelo Executivo Municipal.

Art. 16. Os horários de funcionamento da Feira Livre Itinerante da Agricultura Familiar serão estabelecidos pelo Executivo Municipal, podendo ser alterados conforme conveniência e necessidade.

Art. 17. No que diz respeito à padronização visual da feira e dos trailers, será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 18. Os feirantes deverão apresentar a sua mercadoria em perfeitas condições de consumo e limpos.

Art. 19. Fica proibida expressamente a cessão ou transferência da concessão a quem quer que seja, não importando para esse fim o motivo alegado.

belina

Art. 20. As concessões para funcionamento comercial nas feiras reguladas por este Decreto, serão de caráter puramente precário, podendo ser cassadas ou anuladas a qualquer tempo, sem que, todavia, assista ao feirante, direito à reclamação de qualquer espécie.

Parágrafo único. Antes de ser promovida a cassação da concessão deverá a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente notificar o feirante para que regularize a situação.

Art. 21. Os feirantes que não se adaptarem às exigências preconizadas neste Decreto, não poderão exercer suas atividades até que cumpram o aqui estabelecido.

Art. 22. O alinhamento dos trailers será demarcado pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, de conformidade com a conveniência de seu funcionamento, devendo assim ser obedecido rigorosamente pelos feirantes em atividade.

Art. 23. Os casos omissos ou contraditórios serão resolvidos pelo Executivo Municipal, através da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 24. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº. 7.939 de 24 de Janeiro de 2018.

Campos Novos/SC, registrado e publicado o presente decreto em 25 de novembro de 2022.



CELINA MARIA MANFROI CASSIANO BARROS

Prefeita de Campos Novos, em exercício

ANEXO I

FICHA CADASTRAL

Feira Livre Itinerante Da Agricultura Familiar

Data de Cadastramento:	
Nome:	
CPF:	RG:
Nº CNH:	
Telefone:	
Endereço:	
Ponto de referência:	
Coordenadas geográficas da propriedade:	
Número de integrantes da unidade familiar de produção:	
Categoria de Público: () Produtor Rural () Grupo informal - número de beneficiados () () Entidade Associativa - número de beneficiados () () Outro: _____	
Produtos a serem comercializados:	
Possui veículo com reboque: () Sim () Não	
-Tempo documentado de atividade na feira de agricultura familiar: (_____)	
-Pequenos produtores rurais (agricultura familiar): () Sim () Não	
-Tempo documentado de participação no PAA, PNAE no município: (_____)	
Assinatura do Produtor Rural	